



GT 30. Drogas, saberes e direitos

Coordenador(es):

Beatriz Caiuby Labate (CIIS)

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Sandra Lucia Goulart (Faculdade Cásper Líbero)

Sessão 2

Debatedor/a: Martinho Braga Batista e Silva (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca dos usos de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexistem em torno dessas substâncias, como a própria definição como “drogas” ou “medicamentos”. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. O ponto de partida é problematizar o paradigma “médico-legal” em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre usos de substâncias, sejam elas classificadas como “drogas”, “plantas” ou “medicamentos”; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle e regulação, nos campos da justiça, saúde, religião, ciência, sociedade civil e seus entrecruzamentos; 3) pesquisas que exploram a fluidez de fronteiras entre lícito e ilícito; natural e artificial; social/terapêutico/ritual; endógeno e exógeno; tratamento/prevenção/aprimoramento; proibição/liberação/legalização.

Os usos da ayahuasca e o campo religioso brasileiro: dos direitos religiosos à política cultural.

Autoria: Sandra Lucia Goulart (Faculdade Cásper Líbero)

Apresentaremos uma análise sobre as ações políticas dos principais atores do campo religioso ayahuasqueiro brasileiro. A abordagem desta questão segue uma linha histórica, com a identificação de diferentes fases destas ações e relacionamentos políticos. Identificamos três fases desta história. Um primeiro momento, quando se organizam grupos religiosos na região amazônica, marcado por relações pessoais entre os fundadores destes grupos e representantes políticos locais. Uma segunda fase, iniciada na década de 1980, com o movimento de expansão destes grupos no país e no exterior, caracterizada com o começo das regulações do Estado brasileiro sobre os usos da ayahuasca e pelo processo inicial de construção de legitimação pública destes grupos, culminando com o reconhecimento do direito do uso religioso da ayahuasca. Nesta fase, as relações entre representantes de grupos ayahuasqueiros e gestores do Estado deixam de ser pessoais e ocasionais, se tornando regulares, com a ampliação de alianças com setores públicos em âmbitos municipal, estadual e federal, visando garantir a criação de políticas constantes relativas à ayahuasca. A terceira fase se inicia em 2008, com a reivindicação do reconhecimento do uso da ayahuasca como patrimônio cultural brasileiro, indicando alterações mais fortes nas estratégias de atores e grupos do campo ayahuasqueiro com relação às suas formas de apresentação pública e de relacionamentos com o



Estado. Sustentamos a ideia, nesse work, que os principais grupos e sujeitos relacionados à ayahuasca no Brasil vêm conquistando sua legitimidade social e ampliando seus direitos conforme construíram modos de se afastar da questão e do debate público sobre as drogas. Procuraremos mostrar que a conquista do direito do uso religioso da ayahuasca e as recentes demandas relativas à inclusão deste fenômeno nas políticas culturais do Estado brasileiro expressam esse processo, resultando de diferentes escolhas, estratégias e projetos políticos destes grupos e sujeitos. Destacaremos, ainda, a emergência, nos últimos anos, dos chamados neoayahuasqueiros e de novos contextos indígenas de usos desta bebida, dois fatos que têm provocado profundas alterações no campo ayahuasqueiro brasileiro, impactando as posições de seus diversos atores e questionando o protagonismo das religiões ayahuasqueiras brasileiras sincréticas. De um modo mais amplo, pretendemos relacionar a história destes atores e grupos ayahuasqueiros aos estudos sobre o campo religioso brasileiro, procurando situá-los em relação a atores tradicionais deste campo religioso, tal como: a Igreja Católica, os cultos afro-brasileiros, o espiritismo Kardecista e as denominações evangélicas, estabelecendo comparações entre seus variados modos de construção de legitimidade pública.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: